

Um Homem de Razão

Há uns quinze anos, fiz uma entrevista ao Gonçalo Ribeiro Telles para uma revista que então dirigia, a “Grande Reportagem”. E, na introdução à entrevista, escrevi: “este homem tem razão há vinte anos e ninguém o ouve”. Se hoje tivesse de refazer essa introdução, a única coisa que mudaria era escrever “este homem tem razão há trinta e cinco anos e continuam a não o ouvir”.

Costuma dizer-se que o destino de certos homens é terem razão antes de tempo e não serem escutados por isso mesmo. Não é o caso do Gonçalo

Ribeiro Telles: ele teve razão não antes, não depois, nem fora de tempo: teve razão no tempo exacto, no tempo em que, saídos de uma ditadura, todas as esperanças e projectos eram possíveis, tudo era novo e limpo e havia um país todo para reinventar. Sá Carneiro teve a percepção disso e chamou-o para o governo, onde Gonçalo Ribeiro Telles inventou a política de Ambiente, que ninguém sabia o que era nem para que servia, criou o Ministério (que, depois dele, nenhum governo entendeu mais para que servia) e foi ainda a tempo, na sua curta governação, de lançar as leis sobre a Reserva Agrícola e a Reserva Ecológica Nacional — as quais, apesar de tão esquartejadas, excepcionadas, autarquizadas e transaccionadas em projectos PIN e outras batotas que tais, são hoje todo o travão que nos resta ao simples fartar vilanagem, em matéria ambiental e territorial. Mas, depois disso, o país foi capturado e corrompido pelos dinheiros fáceis da Europa, pelas grandes obras de fachada feitas



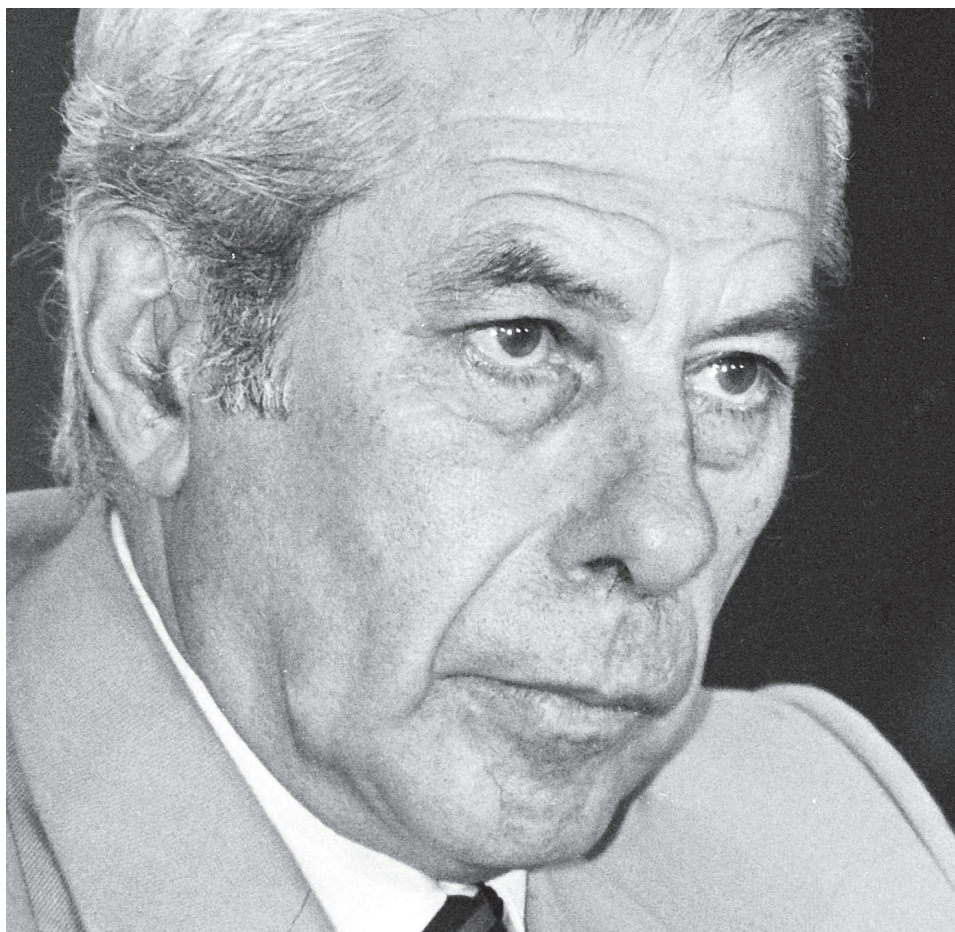
POR
**Miguel
Sousa
Tavares**

Jornalista e escritor

por patos bravos para bravos patos e por essa trágica urgência de que todos os governos pareceram sempre acometidos e que lhes serviu a todos de desculpa para nunca terem tempo de, simplesmente, pensarem Portugal. Que não havia tempo a perder, disseram-nos, que a paisagem de chaparros e oliveiras não dava de comer a ninguém, que a agricultura não tinha futuro algum nessa Europa grandiosa onde tínhamos acabado de pôr pé, que a nossa pesca — ainda feita de tragédias e naufrágios e anzóis e redes cozidas à mão — era ridícula face às fábricas de sashimi ambulante dos japoneses. Não havia tempo a perder. Nunca houve tempo a perder. A nossa tragédia é mesmo essa: nunca tivemos tempo a perder para pensar o país que queríamos fazer e, portanto, nunca houve tempo a perder para escutar as poucas pessoas que pensavam, como o Gonçalo. Havia sempre

uma eleição para disputar, uns dinheiros europeus para facturar contra projectos, uma falência a evitar, um autarca amigo e muito popular a quem satisfazer, uma Fundação a que não se podia dizer que não, um grande empresário e comendador de mérito industrial a quem abrir uma excepção absolutamente excepcional e facilitar-lhe uma duna, uma praia, um terreno de reserva agrícola, para um projecto de invocado “interesse nacional”. Governados por economistas, por professores de finanças, por empresários de sucesso e por advogados de tráfico de influências, lançámo-nos antes numa euforia de empreendedorismo feita de auto-estradas, palácios de congressos, barragens e mais barragens e uma epidemia de cursos universitários tão relevantes para o desenvolvimento da pátria como o de Estudos para a Paz ou o Com essa invocada Superioridade de quem dizia representar a modernidade contra a estagnação, as ideias de Gonçalo Ribeiro Telles foram chutadas para o caixote do lixo da história, até descobrirem, tarde e a más horas, que, afinal, eram elas a modernidade de Ciência Ocupacional dos Tempos Livres. Um ministro da Indústria preconizou o abandono do campos a favor dos eucaliptos, “o nosso petróleo verde”. Um seu colega da Agricultura vendeu-a a Bruxelas por 600 milhões de euros, a favor dos campos de golfe com urbanização turística de apoio — o nosso verde definitivo, garantia ele. E hoje, de nenhum consolo nos serve — a não ser o de sorrirmos da desfaçatez — ouvir o chefe que presidiu a tudo isso, que vendeu a agricultura, que vendeu as pescas, que abateu a construção naval, que abandonou os portos e fechou as minas, vir pregar o regresso à terra e à agricul-

“Nunca tivemos tempo a perder para pensar o país que queríamos fazer e, portanto, nunca houve tempo a perder para escutar as poucas pessoas que pensavam, como o Gonçalo”



tura e, com ares de visionário, anunciar o mar como o nosso futuro imediato. Como se fosse fácil encontrar o futuro no passado abandonado ou regressar àquilo que se abandonou com a mesma ligeireza e facilidade com que se partiu! Nessa altura, quando eu me atrevia a contrapor a esta enxurrada de modernidade sustenta da nos dinheiros europeus as ideias de um certo Gonçalo Ribeiro Telles, aqueles empresários de sucesso, aqueles infatigáveis empreendedores, aqueles políticos do instante que passa, olhavam-me com um ar condescendente, como seu eu fosse o último dos ingénuos ou dos imbecis: “O quê? As hortas comunitárias em Lisboa? O corredor verde para Monsanto? Os jovens na agricultura? Cooperativas de distribuição de produtos agrícolas? As oliveiras, os chaparros, os sobreiros, as nogueiras? Os lençóis quê — freáticos? A reserva agrícola? A reserva ecológica? É pá, o homem está xexé!” E assim, com essa invocada superioridade de quem dizia representar a modernidade contra a estagnação, as ideias do Gonçalo Ribeiro Telles foram chutadas para o caixote do lixo da história, até descobrirem, tarde

e a más horas, que, afinal, eram elas a modernidade. Foi o tempo que demorou a construir as auto-estradas para os espanhóis trazerem a preços imbatíveis os seus produtos agrícolas e até o peixe que nós lhes vendemos e eles nos revendem aos nossos queridos Continente e Pingo Doce. O tempo que nos demorou a fazer 58 campos de golfe no Algarve e outros tantos projectados e para serem regados com água que há-de cair do céu, fornecida pela sr^a Merkel. O tempo que nos levou a formar uns milhares de doutores e engenheiros desempregados de profissões que ninguém sabe ao certo o que sejam e onde possam prestar. O tempo que nos levou a acumular quase 200.000 milhões de euros de dívida pública. Enfim, o tempo que nos levou a proclamarmo-nos um verdadeiro caso de sucesso. E a suprema ironia das coisas é que quando finalmente um governo junta numa mesma pasta sectores que o Gonçalo Ribeiro Telles sempre defendeu serem complementares e interdependentes — a agricultura, o mar, o ordenamento do território e o ambiente — foram buscar para ministro dessa pasta uma jovem política, certa-

mente voluntariosa e bem intencionada, mas que tinha o pequeno óbice de não saber coisa alguma de nenhuma das coisas que lhe competia governar. Problema de somenos: explicaram que, sendo ela formada em Direito, seguramente que estaria apta a assumir qualquer pasta. E explicaram-me também que o facto de alguém poder governar o que de todo desconhece é, antes, não uma desvantagem, mas, pelo contrário, uma mais-valia: assim não tem ideias preconcebidas e não parte cativa de lóbis. E, apesar de eu ser, ao contrário de quase todos, esforçadamente tolerante para com os governantes — pela simples razão de que alguém tem de nos governar e governar os portugueses é dos piores empregos que posso imaginar — não consigo, todavia, deixar de achar estarrecedor ter-se chegado ao ponto de preferirmos ser governados por quem tudo ignora do que por quem alguma coisa sabe do que lhe compete governar. Mas está assim explicado por que razão o Gonçalo Ribeiro Telles incomodou tanta gente e desinquietou tanta ignorância estabelecida. Cito Camões:

Vereis amor da pátria, não movido/ De prémio vil, mas alto e quase eterno/ Que não é prémio vil ser conhecido/ Por um pregão do ninho meu paterno/ Ouvi: vereis o nome engrandecido/ Daqueles de quem sois senhor superno,/ E julgareis qual é mais excelente, / Se ser do mundo rei, se de tal gente.

Gostaria de poder acabar dizendo apenas “Obrigado, Gonçalo!”. Gostaria de poder dizê-lo também em nome de uma geração, que é a minha, que cresceu a admirar a coragem, a simplicidade e a alegria com que o Gonçalo Ribeiro Telles sempre nos transmitiu a sua razão. Gostaria, mas não posso. Porque dizer obrigado seria reconhecer que esse seu longo e sereno combate não foi basicamente em vão: que produziu frutos, que evitou os males para que ele tanta vezes nos avisou, as asneiras e os erros trágicos que escusavam de ter sido cometidos, que, enfim, fez de Portugal um país melhor e com mais razões de esperança. Mas, infelizmente, não foi o caso. Porque fomos, sim, surdos e negligentes perante a sua mensagem, seria hipócrita dizer agora “obrigado, Gonçalo!”. Em vez disso, acho que só nos resta dizer: “Desculpe, Gonçalo!”.